

PREGOEIROS – CAPACITAÇÃO SIMPLIFICADA

Competência técnica: Legislação aplicada à área
Conhecimentos relacionados: Pregão

Objetivo Geral

Capacitar os participantes a entenderem os conceitos de licitação, pregão e pregão eletrônico e sua utilização no âmbito do PJERJ, bem como para o desenvolvimento de habilidades e conceitos relacionados ao exercício da função de pregoeiro.

Objetivos Específicos

- Conhecer o contexto histórico do uso da licitação pela Administração Pública no Brasil.
- Identificar os tipos de licitação existentes.
- Compreender o pregão presencial e o pregão eletrônico.
- Conhecer o novo decreto que trouxe inovações para o pregão eletrônico.

Metodologia e Recursos

Aulas em laboratório, materiais de leitura, plataforma on-line.

Conteúdo Programático

- Visão histórica da licitação;
- Conceito de licitação e pregão;
- Princípios;
- Finalidade da licitação;
- Fases da licitação: interna e externa;
- Modalidades e tipos de licitação;
- O sistema de registro de preços;
- Pregão;
- Documentos exigidos para habilitação nas licitações;
- Atribuições do pregoeiro;
- Perfil do pregoeiro;
- A condução da sessão de julgamento;
- Negociação;
- Recurso;
- Homologação;
- Ciclo da contratação;
- O pregão eletrônico;
- As inovações do novo decreto federal nº 10.024/19.

Avaliação

Verificação de aprendizagem escrita aplicada no final do curso.

Bibliografia

As principais mudanças na nova lei do Pregão Eletrônico 2019. Jus Navigandi. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/76917/as-principais-mudancas-na-nova-lei-do-pregao-eletronico-2019>>. Acesso em: 11 Fev. 2020.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 jun. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm> Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. *Legislação sobre licitações e contratos administrativos*. 5. ed. Brasília: Edições Câmara, 2017. 227 p.

BRASIL. Lei 10.520, de 17 de julho de 2002. Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 18 jul. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10520.htm> Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. Imprensa Nacional. Decreto n. 10.204, de 20 de setembro de 2019. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 set. 2019. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.024-de-20-de-setembro-de-2019-217537021>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU*. 4. ed. rev., atual. e ampl. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência; Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.

Conceitos básicos da licitação pública. DireitoNet. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/4434/Conceitos-basicos-da-licitacao-publica>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

Decreto aprimora regras do pregão eletrônico. Ministério da Economia, 2019 Disponível em: <<http://editor.economia.gov.br:8080/Economia/noticias/2019/09/decreto-aprimora-regras-do-pregao-eletronico>> Acesso em 04 mar.2020.

Licitação. DireitoNet. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/resumos/exibir/263/Licitacao>>. Acesso em: 04 mar. 2020.

ATENÇÃO: A cópia impressa a partir da *intranet* é cópia não controlada.

Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. Portal Tributário. Disponível em: < <http://www.normaslegais.com.br/guia/clientes/microempresas-empresas-pequeno-porte-licitacao.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

Princípios de Licitação. Licitação.net. Disponível em: <https://www.licitacao.net/principios_da_licitacao.asp>. Acesso em: 4 mar. 2020.

Quem tem direito a preferência nas licitações?. Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados, 2017. Disponível em: <<https://jacobyfernandesreolon.adv.br/noticias/quem-tem-direito-preferencia-nas-licitacoes/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

TCU alerta para o dever de negociação no pregão. Brasil News, 2016. Disponível em: < <https://www.n3w5.com.br/economia/2016/07/tcu-alerta-para-o-dever-de-negociacao-no-pregao>>. Acesso em: 11 fev. 2020.
Tutorial de Pregão Presencial e Eletrônico passo a passo. Licitação Online. Disponível em: <<https://www.licitacao.online/pregao>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

Carga horária

18 horas.

Atualização: 12/03/2020	Revisão: 03
-------------------------	-------------